

OS DESAFIOS NO SÉCULO XXI ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA SEGUNDO TOCQUEVILLE E MARX

*Brenner Brunetto Oliveira Silveira*¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é, primeiramente, investigar a relação entre liberdade de imprensa e democracia em Alexis de Tocqueville e Karl Marx. Assim, serão analisadas as visões acerca deste tema que foi - e ainda é - bastante polêmico na época de ambos os autores. Em seguida, o artigo se propõe a investigar em que medida a visão dos dois autores está de fato aplicada em nossa imprensa atual, e, em caso negativo, verificar em que medida suas análises podem ajudar para finalizar, ou, ao menos, minimizar, tais problemas.

PALAVRAS-CHAVE

Liberdade de Imprensa; Democracia; Censura; Tocqueville; Marx.

¹ Mestrando em Filosofia pela UFG – Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES. Bacharel em Filosofia pela mesma universidade.

THE CHALLENGES IN THE 21st CENTURY ABOUT THE RELATION BETWEEN PRESS FREEDOM AND DEMOCRACY ACCORDING TO TOCQUEVILLE AND MARX

ABSTRACT

The aim of the present work is, first, to investigate the relationship between freedom of the press and democracy in Alexis de Tocqueville and Karl Marx. Their views on this topic, that was (and it still is) very controversial at the time of both authors, will be analyzed. Then, the article proposes to investigate to what extent the vision of the two authors is in fact applied in our current press, and if not, to check to what extent your analysis can help to end, or at least minimize, such problems.

KEYWORDS

Freedom of the Press; Democracy; Censorship; Tocqueville; Marx.

Introdução

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição (BRASIL, 1988, Art. 220).

Um dos grandes problemas discutidos, tanto por Alexis de Tocqueville quanto por Karl Marx, foi acerca da imprensa, seja o seu papel no campo social e político de uma nação, seja a possibilidade de sofrer algum tipo de “censura” por parte do Estado. No entanto, sabemos que as investigações e as discussões de ambos os autores se deram no âmbito do século XIX, em uma época em que a imprensa era marcadamente via jornal impresso e que não havia uma interação global tão forte quanto os dias de hoje. Atualmente, no século XXI, nossa imprensa se tornou muito maior. Nesse ínterim, houve o aparecimento do rádio, da televisão, da imprensa via internet e das mídias sociais e, também, o advento da globalização.

Tal expansão dos modos de se fazer a imprensa não trouxe apenas benefícios, pois temos grandes problemas com nossa imprensa. Alguns desses problemas são as chamadas *fake news*, o sensacionalismo, o partidarismo, seja ele político ou social, e muitos outros. Tais problemas, obviamente, não são exclusivos de nossa era digital. No entanto, podemos supor que eles são mais perigosos em nosso tempo, tendo em vista a grande facilidade de disseminação e proliferação de tais práticas na atualidade. Ou seja, tais condições existiam na imprensa de então, mas não tinham a capacidade de alcance que há em nossos dias.

Desse modo, o objetivo do presente trabalho é responder à questão: *Podem Tocqueville e Marx contribuir no tocante aos problemas mencionados acima?*

Para que possamos realizar tal empreendimento, iremos seguir os seguintes passos:

1. Investigar a concepção geral acerca da Imprensa, seus desafios e suas possíveis soluções, segundo Tocqueville e Marx;
2. Discutir se as concepções estudadas no ponto acima podem ser aplicadas no século XXI.

Definidos, então, os pontos, passemos à nossa investigação.

A imprensa segundo Tocqueville

A soberania do povo e a liberdade de imprensa são, pois, duas coisas inteiramente correlativas. A censura e o voto universal são, ao contrário, duas coisas que se contradizem e não se podem encontrar por muito tempo nas instituições políticas de um mesmo povo (TOCQUEVILLE, 2005, p. 209).

Um dos pontos abordados por Tocqueville, em seu *magnum opus*,¹ tal como vários outros pontos abordados por ele em toda a sua obra,² é sobre a liberdade de imprensa dos Estados Unidos. Tocqueville realiza tal análise no Capítulo III da Segunda Parte do Tomo I,³ no entanto ele também faz algumas ponderações no Tomo II de sua obra.⁴ De um modo geral, pode-se dizer que ele analisa a influência da liberdade de imprensa no pensamento político dos americanos no Tomo I (2005, p. 207), e, no Tomo II, ele analisa a influência desse conceito na vida civil dos americanos (2004, p. 131).

Antes de adentrar em sua análise pragmática e empírica da imprensa americana e francesa, Tocqueville faz uma abordagem um pouco mais abstrata e filosófica sobre a liberdade de imprensa. O objetivo dele é tentar demonstrar que é difícil encontrar um meio termo adequado entre uma liberdade total e uma censura total da imprensa.

A princípio, o próprio Tocqueville nos confessa que, diferentemente de outras pessoas, ele não “morre de amores” pela liberdade de imprensa (2005, p. 207). Para ele, o ideal seria encontrar uma posição intermediária entre a liberdade de imprensa e a censura. No entanto, ele admite que o problema está justamente em encontrar tal meio termo. Pode-se resumir tal problema em três passos (2005, p. 208): 1) *Submeter os escritores a um corpo de jurados*: Neste caso, haver-se-ia uma liberdade total de pensamento, e, se submetêssemos o corpo de escritores para um jurado, então, poderia ser o caso de que o escritor fosse absolvido. Com isso, a opinião de um homem se converteria na opinião de uma nação. Tal acontecimento poderia ser prejudicial para a política de um país; 2) *Submeter os escritores a um magistrado competente*: Essa segunda ideia também poderia ser demasiadamente problemática, pois seria necessário ter primeiramente uma audiência, e, nesse caso, aquilo que não foi dito de maneira impressa foi dito no tribunal. Sendo assim, mesmo que a publicação fosse censurada, censurar-se-ia tão somente o *corpo* do

¹ A saber: *A Democracia na América*.

² Tais como os costumes, a religião dos americanos etc.

³ Capítulo este intitulado *Da liberdade de imprensa nos Estados Unidos*.

⁴ Mais precisamente nos Capítulos V (*Do uso que os americanos fazem da associação na vida civil*) e VI (*Da relação entre as associações e os jornais*) da Segunda Parte do Tomo II.

pensamento, ou seja, sua expressão. Por outro lado, a *alma* do pensamento não seria censurada, escapando assim das mãos dos juízes. Desse modo, todo o trabalho do jurado seria em vão, pois o pensamento seria transmitido de qualquer maneira; 3) *Submeter os escritores à censura*: Um último recurso seria a censura total do pensamento. Esse tipo de caso é extremamente problemático, pois, em tal situação, segundo Tocqueville, o mal não é anulado, mas antes aumentado. Esse aumento de poder se dá pelo fato de que a voz forte e poderosa de uma única pessoa ou de uns poucos isolados possui muito mais força do que a voz de muitos. Poder-se-ia ser o caso de que tal voz se torne muito prejudicial para o Estado.

Percebe-se que saímos de uma liberdade total do pensamento para uma escravidão total do pensamento sem encontrarmos uma mediania adequada para a problema. No fundo, a ideia de Tocqueville em defender a liberdade de imprensa está “muito mais pelos males que ela impede do que os bens que ela faz” (2005, p. 207). Tais bens e tais males já foram resumidos de maneira breve na epígrafe desta subseção, mas ambos serão analisados de maneira mais profunda.

Tocqueville inicia, em primeiro lugar, sua investigação acerca da imprensa americana. Em sua visão, a censura não é somente perigosa num país em que reina a soberania popular, ela é antes um abuso. Desse modo, a censura e o voto universal não podem conviver juntos, pois isso é uma *contradição* (2005, p. 209). Temos assim um primeiro vislumbre do que seriam tais males evitados e tais bens decorridos da liberdade de imprensa. Segundo nosso filósofo, é essencial que em uma democracia haja liberdade de imprensa. Para ele, da mesma forma que há voto universal, também deve haver uma imprensa livre.

Os Estados Unidos da América, do século XIX, causaram um grande espanto em nosso pensador. Segundo Tocqueville, não há sequer um habitante, entre os doze milhões de cidadãos americanos, que ousou propor alguma restrição da liberdade de imprensa. Isso mostra o quão forte era o sentimento democrático dos americanos, pois eles tinham a consciência de que uma simples restrição na imprensa significava um ataque direto a própria democracia.

Tocqueville também nos informa sua primeira leitura de um jornal local, quando chegou ao Novo Mundo. A reportagem retratava de maneira bem ácida o então presidente Andrew Jackson. Tocqueville chega a citar todo o artigo fielmente (2005, p. 209). Para Tocqueville, tal linguajar também estava presente na imprensa francesa. No entanto, ele

nos diz que os franceses acreditam que a violência da linguagem da imprensa se deve à instabilidade do estado social, às paixões políticas. Desse modo, os franceses acreditam que se houver uma maior estabilidade social então haverá também uma imprensa com uma linguagem mais branda. Mas, pode-se perceber que isso não ocorre. Conforme a análise de Tocqueville, a América possuía estabilidade social e mesmo assim a imprensa tinha uma linguagem forte e ácida. Com isso, ele conclui que a imprensa possui instintos e paixões próprias, ela possui a revolução em si mesma.

No entanto, apesar de ambas as imprensas serem extremamente agressivas e instintivas, existe uma diferença vasta entre a imprensa americana e a francesa, a saber: a *força*. Pois a força da imprensa americana sobre a nação não é a mesma força existente na França. A imprensa americana possui menos poder sobre o pensamento da nação do que a imprensa francesa. As questões centrais aqui são: Porque isto ocorre? Quais são as diferenças existentes entre o modo de se fazer imprensa na América e o modo de se fazer imprensa na França que faz com que ambas possuam poderes diferentes no pensamento dos homens? Este é o foco central da investigação tocquevilliana.

Para entender uma diferença básica, mas fundamental, entre a imprensa americana e a francesa, podemos nos deter nas seguintes diferenças apontadas pelo nosso filósofo (2005, p. 212): *a) Imprensa Francesa*: O poder da imprensa é centralizado em um mesmo lugar, nas mesmas mãos e os órgãos são poucos. Tal poder se dá numa nação cética, tornando tal poder quase ilimitado sobre a nação. O jornal em si possui poucos anúncios e poucas notícias. A parte vital do jornal são as discussões políticas inflamadas; *b) Imprensa Americana*: Não há centralização da imprensa em um único local ou em algumas mãos. A imprensa é disseminada em todo o país. Tal pulverização faz com que em cada cidadezinha haja um jornal local, que é vital no cotidiano das cidades. Neles discutem-se muitas questões relacionadas a própria cidade. Desse modo, três quartos do jornal é ocupado por anúncios e anedotas. Deixa-se apenas um pequeno espaço para as discussões políticas inflamadas.

Outro ponto a se observar está no fato de que era muito mais fácil abrir um negócio de jornal nos Estados Unidos do que na França. Isto se dava devido a regra de cauções (patentes para impressores, selo, registro etc.). Na França da época de Tocqueville era quase impossível abrir um negócio de jornal devido à burocracia existente. Talvez esse seja o motivo de haver uma pequena “aristocracia” dentro da imprensa francesa. Por outro

lado, tal fato não ocorria entre os americanos, pois essas regras não existiam. Isso fazia com que fosse fácil abrir um jornal local.

Essa facilidade de se abrir um negócio de jornal nos Estados Unidos fez a imprensa dispersar-se por todo o país. Essa pulverização é de extrema importância, pois ela evita o monopólio da imprensa nas mãos de uns poucos. Isso também faz com que o poder da imprensa sobre a população se torne mais fraco, pois, com muitos jornais e muitas pessoas escrevendo sobre suas diferentes visões de mundo, então o povo não irá ser facilmente manipulado. No entanto, Tocqueville ressalta que, apesar de tudo, o poder da imprensa nos Estados Unidos ainda é forte, pois:

Ela [i.e. a imprensa] faz circular a vida política em todas as porções desse vasto território. É ela cujo olho aberto põe incessantemente a nu os mecanismos secretos da política e força os homens públicos a comparecer sucessivamente diante do tribunal da opinião. É ela que agrupa os interesses em torno de certas doutrinas e formula o símbolo dos partidos; é por ela que estes se falam sem se ver, se ouvem sem ser postos em contato. Quando um grande número de órgãos da imprensa consegue caminhar no mesmo sentido, sua influência se torna, com o tempo, quase irresistível, e a opinião pública, atingida sempre do mesmo lado, acaba cedendo a seus golpes (TOCQUEVILLE, 2005, p. 214).

Essa passagem resume a importância central, para Tocqueville, acerca do papel da imprensa numa democracia. Para ele, a imprensa americana, mesmo sendo pulverizada, é de extrema importância para o jogo político anglo-americano, pois ela consegue fazer com que os homens públicos compareçam diante do povo, ela faz com que a força dos homens públicos acabe cedendo para a opinião pública em caso de conflito. Conforme Ros “*el poder frene al poder*” (2001, p. 252), ou seja, o poder da imprensa serve para barrar o poder dos homens públicos para que estes não se tornem autoritários e, conseqüentemente, usurpem a soberania do povo. Este parece ser o ponto central do que foi dito por Tocqueville anteriormente, a saber: ele considera a liberdade de imprensa mais pelos malefícios que ela impede do que pelos bens que ela produz. Ou seja, os males que a liberdade de imprensa impede são justamente o aumento de poder nas mãos de uns poucos e que haja a queda da soberania popular. Evitar tais males, segundo Tocqueville, é mais vital do que os bens que ela pode promover.

Desse modo, conclui-se que a liberdade de imprensa é correlata com a estabilidade democrática. Esse princípio deveria ser, segundo Tocqueville, um *axioma* político adotado pelos franceses para que eles pudessem resolver os problemas com sua imprensa.

Nos capítulos V e VI do Tomo II Tocqueville também analisa alguns aspectos acerca da imprensa. Porém neste Tomo, ao contrário do Tomo I, ele irá analisar a

influência da imprensa na vida civil dos cidadãos americanos, em vez da influência política.

O ponto chave da discussão se dá acerca das *associações*. Para ele, os americanos, independentemente da idade, do espírito e das condições, estão sempre associando-se (2004, p. 131). Tais associações envolvem a vida como um todo, seja ela comercial, industrial, religiosa etc., pois para cada pequeno empreendimento, Tocqueville nos informa, os americanos se associam para fazer juntos. Na Europa, as associações eram mais fracas, os homens dificilmente se associam. O exemplo utilizado pelo filósofo é a Inglaterra, sobre a qual ele nos diz que em suas viagens pelo país percebeu que os ingleses “consideram a associação um poderoso meio de ação; mas os outros [*i.e.* os americanos] parecem ver nela o único meio de agir de que dispõem” (2004, p. 132). Ou seja, na Europa de Tocqueville havia associações, mas elas eram feitas por poucos homens e em poucas situações. Nos Estados Unidos, por outro lado, tais práticas eram bem mais frequentes e comuns.

Tocqueville vê em tais associações um dos símbolos da democracia. A questão agora é: *Haveria alguma relação necessária entre igualdade e associação?*

Para que possa responder a tal pergunta, Tocqueville primeiro verifica em qual Estado é mais fácil uma associação, numa democracia ou numa aristocracia? Segundo ele, numa aristocracia é mais fácil, pois somente com alguns poucos aristocratas poder-se-ia fazer grandes empreendimentos, enquanto numa sociedade democrática necessita-se de um grande número de pessoas. Isso também faz com que a aristocracia tenha a vantagem de que seus membros possam se conhecer, tendo em vista a menor quantidade de pessoas. Apesar disso, Tocqueville pensa que as associações, nos países democráticos, são de extrema importância, pois, em tais países, cada cidadão possui uma voz pequena diante do todo. Ou seja, para que o povo possa ser escutado, para que ele possa ser visto, ele deve estar associado, pois se “os homens que vivem nos países democráticos não tivessem o direito nem o gosto de se unir em seus objetivos políticos, sua independência correria grandes riscos” (2004, p. 133). Deste modo, conclui-se que numa aristocracia a associação é *mais fácil*, mas numa democracia a associação é *mais importante*. Com isso, percebe-se que a associação é a ciência mãe dos países democráticos (2004, p. 135).

Por outro lado, podemos nos perguntar: Como os homens são persuadidos a se associar na América? A resposta é: Para isso exige-se um jornal, pois somente ele pode depositar um mesmo pensamento em várias cabeças, fazendo com que haja as associações

entre as pessoas. Ou seja, nas democracias precisa-se de jornais para que as pessoas caminhem na mesma direção, diferente das aristocracias, em que é muito mais fácil, pois nesta precisa-se somente que algumas pessoas caminhem na mesma direção.

Com isso, temos uma resposta para nosso questionamento acima, a saber: Há sim uma relação entre igualdade e associação, pois os países realmente democráticos, em que a liberdade e a igualdade se fazem mais presentes, fazem com que as pessoas se tornem “menores”, justamente devido à sua igualdade. Desse modo, precisa-se necessariamente de associações para que eles possam realizar os empreendimentos necessários para a vida, pois

Dentre as leis que regem as sociedades humanas, há uma que parece mais precisa e mais clara do que todas as outras. Para que os homens permaneçam civilizados, é necessário que entre eles a arte de se associar se desenvolva e se aperfeiçoe na mesma proporção que a igualdade de condições cresce (TOCQUEVILLE, 2004, p. 136).

Assim, concluímos que, segundo Tocqueville, existe uma relação fundamental entre democracia e igualdade. No entanto, tal igualdade, conforme vimos, torna os homens mais fracos politicamente. Para que tal força seja restaurada, se faz necessário que haja associações entre as pessoas. Tais associações só serão possíveis graças a imprensa. Ela será responsável por guiar a mente do povo em uma única direção. No entanto, tal imprensa não pode ser censurada, pois isso significaria a usurpação do poder do povo e a queda da própria democracia.

A imprensa segundo Marx

A liberdade de imprensa causa tão poucas “condições estáveis” quanto o telescópio do astrônomo causa o movimento perpétuo do sistema planetário. Perversa astronomia! Que boa época era aquela em que a Terra, como alguns burgueses respeitáveis, situava-se no centro do universo, fumando serenamente seu cachimbo de barro, que nem sequer tinha que acender, pois o sol, a lua, as estrelas, bem com tantas belas luzes noturnas e “coisas maravilhosas” dançavam ao seu redor (MARX, 1980, p. 48).

Karl Marx também discutiu acerca do tema da Liberdade de Imprensa. A discussão se deu em uma série de seis artigos intitulados *Debates Sobre a Liberdade de Imprensa e Comunicação*, publicados em maio de 1842. O objetivo de Marx em tais artigos era analisar os argumentos proferidos contra e a favor da liberdade de imprensa no *Landtag*.⁵

⁵ O *Landtag* foi uma Assembleia Provincial ocorrida cerca de um ano antes dos artigos redigidos por Marx.

Em seu texto, Marx apresenta a argumentação de dois opositores e de um defensor da liberdade de imprensa.⁶ Ele inicia com os opositores.

O primeiro opositor é chamado por Marx de Orador dos Estados Principescos. Ao final da exposição desse primeiro opositor, o filósofo alemão sintetizou todos os pontos mencionados, a saber:

(1) O orador dos Estados principescos formulou primeiro razões diplomáticas. Provou a inconveniência da liberdade de imprensa através de convicções principescas, claramente expressadas nas leis de censura. (2) Ele considerou que o mais nobre e verdadeiro desenvolvimento do povo alemão tinha sido originado por restrições impostas desde cima. (3) Finalmente, polemizou contra todos os povos e (4) com reserva aristocrática rejeitou a liberdade de imprensa por ser a indelicada, indiscreta e egocêntrica linguagem de uma nação (MARX, 1980, p. 25, grifos nosso).

O primeiro argumento, chamado por Marx de argumento diplomático, está no fato de que o primeiro orador diz que a censura da imprensa é um mal menor do que o que a imprensa produz e diz também que este é um pensamento que todo cidadão alemão possui. Ele também diz que o fato de haver leis contra a liberdade de imprensa já mostra que a própria imprensa não foi feita para ser livre. Marx refuta tal argumento com a história, mencionando o fato de que antigamente todos pensavam que a Terra girava ao redor do Sol e também pensavam que certos seres humanos nasceram para a servidão. No entanto, tal “acordo coletivo” não impediu que tais inverdades fossem desmascaradas (1980, p. 19).

O segundo argumento promovido pelo defensor da censura da imprensa se dá com o fato de que a Alemanha só conseguiu desenvolver brilhantemente a sua imprensa *devido* à censura, ou seja, para ele “a voz nobre e doce da verdade na nossa imprensa é um presente da censura” (1980, p. 20). Para Marx, a imprensa bem desenvolvida da Alemanha não é devido à censura, mas *apesar* da censura. Para ele, a imprensa alemã não conseguira se desenvolver completamente, pois a censura conseguiu “homogeneizar o desenvolvimento da mente alemã de uma maneira desastrosa e irresponsável” (1980, p. 21).

O terceiro argumento do orador se dá através de sua polêmica contra os povos e a imprensa de alguns países, a saber: Inglaterra, Holanda, França e Suíça. Vejamos na íntegra a citação que Marx faz do orador principesco.

⁶ Com sua forma que lhe é característica, Marx “demonstra” sua posição sobre o assunto através de refutações dos adversários.

“A Inglaterra não pode servir de exemplo pois, historicamente, durante centenas de anos, naquele país desenvolveram-se relações que são particulares a situação inglesa, e portanto suas teorias não podem ser aplicadas em nenhum outro país. Na Holanda, a liberdade de imprensa não pode proteger o país contra uma opressiva dívida nacional, e contribuiu amplamente para a introdução de uma revolução que trouxe como consequência a perda da metade daquele país [...] Na Suíça, finalmente, existe um El Dorado obtido através da liberdade de imprensa? Recordamos com repugnância as histórias contadas por seus jornais sobre grosseiras disputas partidárias, nas quais os nomes dos partidos, refletindo sua escassa dignidade humana são claramente identificados, como se fossem corpos de animais, homens de chifres e garras, que com suas palavras bruscas e difamatórias, tornam-se homens desprezíveis para seus vizinhos!” (MARX, 1980, p. 21-22).

Marx identifica uma contradição no argumento do orador, pois primeiro ele diz que não pode falar sobre o caso da imprensa inglesa por se tratar de um caso específico da própria imprensa inglesa, e em seguida ele fala sobre a imprensa holandesa como se estivesse falando de uma imprensa geral e não da imprensa holandesa, ou seja, se a situação é contrária à argumentação do orador então ele retira o caso afirmando se tratar de um caso particular, mas, por outro lado, se a situação é a favor dele, então ele trata de aproveitar.

Porém, isso não é o suficiente para Marx. Ele continua refutando o orador mesmo em seu “campo de atuação”, a saber, da imprensa holandesa. Conforme verificado, o orador diz que a liberdade da imprensa holandesa não foi capaz de proteger o país de uma dívida nacional e ainda por cima contribuiu para uma revolução que fez com que a Holanda perdesse a metade de seu território. Marx ironiza tal argumentação tendo em vista que não é o papel da imprensa proteger o país de uma dívida tal como não é o papel de um médico curar um homem de seus erros tipográficos (1980, p. 23). Ele também salienta que a revolução belga se deveu ao povo da Bélgica como um todo e não somente à imprensa belga. Por fim, Marx menciona sobre a imprensa suíça. Para o orador, a imprensa suíça é impetuosa em sua linguagem, beirando a bestialidade. No entanto, Marx apenas ressalta que a imprensa suíça cumpre o seu papel de mostrar de maneira objetiva e clara os problemas políticos existentes em seu país, ou seja, ela fala suíço com o suíço (1980, p. 25).

O segundo orador, chamado por Marx de orador dos Estados Cavalheirescos, iniciou sua argumentação de maneira diferente. Ao invés de argumentar contra os povos — tal como o primeiro orador —, ele argumentou contra a *humanidade*. De um modo geral, pode-se dizer que tal orador está defendendo uma antiga visão de mundo, ou seja, ele é, como o próprio Marx diz, um “moderno-feudal” (1980, p. 31). Esse tipo de orador ainda

pensa que é um senhor feudal e que a imprensa deve ser submetida a ele. Outro argumento utilizado pelo orador está no fato de que o homem é imperfeito, e que a imprensa é feita por mãos humanas, logo a imprensa precisa de censura por ser imperfeita também. Marx utiliza o próprio argumento do orador para refutá-lo. Segundo ele:

O homem é imperfeito por natureza, como indivíduo e como massa. *De principiis non est disputandum* (É impossível discutir sobre princípios). De acordo! E qual seria a consequência deste fato? Que o raciocínio do nosso orador é imperfeito, que os governos são imperfeitos, que as Assembleias são imperfeitas, que a liberdade de imprensa é imperfeita, que cada esfera da atividade humana é imperfeita. Se, porém, alguma dessas esferas não devesse existir por causa da sua imperfeição, então nenhuma teria o direito de existir, toda a humanidade não teria o direito de existir (MARX, 1980, p. 32-33).

O ponto em questão é que, apesar do fato de que uma imprensa livre possa errar, ela irá se desenvolver e aprender com os seus erros, tal como um ser humano, pois isso faz parte do desenvolvimento dela.

Utilizando o argumento dos oradores contra eles mesmos, Marx demonstra a incoerência argumentativa dos opositores da liberdade de imprensa e ainda conclui que, no fundo, os próprios opositores reconhecem que a liberdade, seja ela da imprensa ou de outra área, é uma característica essencial da natureza humana. E é por este motivo que eles a combatem, ou seja, “ninguém luta contra a liberdade; no máximo, luta-se contra a liberdade dos outros” (1980, p. 34). Desse modo, pode-se concluir que “numa lei da imprensa, a liberdade pune. Numa lei da censura, a liberdade é punida” (1980, p. 39).

O argumento do defensor da liberdade da imprensa pode ser resumido através do seguinte silogismo: Os ofícios da mente devem ter liberdade da mesma maneira que os ofícios que utilizam os braços ou as pernas possuem liberdade. A imprensa é um ofício da mente, logo ela deve ter liberdade.

Marx concorda com a ideia de liberdade de imprensa adotada pelo orador, contudo ele não concorda com a ideia de tornar a imprensa um tipo de ofício, pois para ele “transformar a liberdade de imprensa numa espécie de liberdade de ofícios é defendê-la de forma tal que essa defesa significasse sua morte” (1980, p. 51). Desse modo ele conclui que “a primeira liberdade da imprensa consiste em que ela não seja um ofício” (1980, p. 53). No entanto, Marx não nega que a imprensa seja um ofício, porém ela não é um ofício do escritor responsável pelos artigos, mas tão somente dos “impressores e comerciantes” (1980, 53).

A imprensa do século XXI

Tecnologicamente, a imprensa evoluiu bastante em comparação ao que era na época de Tocqueville e Marx, quando era, primariamente, via jornal impresso. Nesse ínterim, houve um avanço extraordinário, pois, conforme dito no início deste artigo, houve o advento da imprensa via revista, rádio, televisão e, mais recentemente, via internet. Neste século, uma pessoa consegue visualizar notícias atualizadas em tempo real com apenas alguns cliques em seu celular. A notícia, nos tempos atuais, gira em uma velocidade nunca vista antes. Temos acesso a uma informação mais rápida e mais atualizada do que em tempos anteriores.

Outro ponto interessante a se notar é que, na maioria dos países, a imprensa tornou-se livre. No Brasil, por exemplo, temos o Art. 220 localizado no Capítulo V⁷ do Título VIII⁸ da *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* que trata sobre a imprensa. O artigo em questão é composto por seis parágrafos dos quais os dois primeiros se referem à liberdade da imprensa em si. São eles:

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. (BRASIL, 1988, Art. 220)

Conforme podemos notar, ambos os parágrafos e o artigo em si possuem ideias convergentes com o pensamento de Marx e Tocqueville, pois, conforme verificado ao longo desta análise, ambos os autores defendem com veemência a liberdade total da imprensa.

Os § 3º e § 4º se referem à regulação por parte do poder público acerca da faixa etária e algumas regulações acerca de certas propagandas (tabaco, bebidas alcóolicas e afins). O § 5º diz que “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (BRASIL, 1988, Art. 220). Ora, aqui já encontramos uma semelhança incrível com o pensamento tocquevilliano, pois, para ele, conforme analisado acima, a imprensa deve ser pulverizada para que ela não se torne um monopólio e consequentemente, um perigo para o Estado. O próprio Marx possui um

⁷ Intitulado *Da Comunicação Social*.

⁸ Intitulado *Da Ordem Social*.

pensamento alinhado com o de Tocqueville sobre este ponto, pois, ao comentar sobre a imprensa francesa, diz:

A imprensa francesa não é muito livre; não é suficientemente livre. Não está sujeita à censura intelectual, certamente, mas a uma censura material, o depósito de alta segurança. [...] Por isso, a imprensa francesa está concentrada em poucos pontos, e quando a força material está assim concentrada, age diabolicamente, da mesma forma que o faria uma força intelectual (MARX, 1980, p. 44-45).

Já o último parágrafo de nossa Constituição também nos revela algo interessante, ao dizer que “A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade” (BRASIL, 1988, Art. 220). Ou seja, aqui temos outro ponto em comum com o pensamento de Tocqueville e de Marx, pois, para ambos, a imprensa não deve ser a imprensa do governo, ela deve ser uma imprensa independente do governo, pois só assim ela de fato será livre.

Com isso, concluímos que muitas ideias de Tocqueville e Marx acerca da liberdade de imprensa estão materializadas em leis, conforme analisado com o exemplo da *Constituição Federal do Brasil*. Teoricamente, podemos dizer que tais leis estão de acordo com a ideia de democracia, pois elas mostram de fato a soberania do povo. Por outro lado, isso ainda não impediu que tivéssemos problemas com a nossa imprensa, pois conforme dito, temos um acesso muito rápido a informação, porém, tal informação pode ser uma *fake news*, pode ter estar recheada de partidatismo político etc. Com isso, podemos nos perguntar: O que fazer? Como Tocqueville e Marx poderiam responder a tal questionamento tendo em vista que as leis estão, aparentemente, alinhadas com o pensamento deles acerca da imprensa?

O que podemos argumentar sobre este ponto é que: o problema da atual imprensa, segundo uma visão tocquevilliana ou marxista, não está no fato de que ela possa propagar *fake news*, ou de que ela possa ser sensacionalista, ou partidista etc. O ponto em questão não é este, pois tanto Tocqueville quanto Marx sabem que a imprensa pode errar de maneira inconsciente, mas também sabem que a imprensa pode ser perversa de maneira totalmente consciente. Tocqueville também diz que:

Para colher os bens inestimáveis que a liberdade de imprensa proporciona, é preciso saber submeter-se aos males inevitáveis que ela gera. Querer obter uns escapando dos outros é entregar-se a uma dessas ilusões que de ordinário acalentam as nações enfermas, quando, cansadas das lutas e esgotadas com os esforços, procuram os meios de fazer coexistir, ao mesmo tempo, no mesmo solo, opiniões inimigas e princípios contrários (TOCQUEVILLE, 2005, p. 211).

Marx possui uma visão parecida sobre este ponto, segundo ele:

Uma imprensa censurada é ruim mesmo se produzir bons produtos, pois estes produtos só são bons na medida que eles exibem uma imprensa livre dentro de uma censurada, e na medida em que não está em seu caráter serem produtos de uma imprensa censurada. Uma imprensa livre é boa mesmo quando produz frutos ruins, pois estes produtos são apóstatas da natureza de uma imprensa livre. Um homem castrado sempre será um mau macho, mesmo se tiver uma boa voz. A natureza continua sendo boa, mesmo se produzir abortos (MARX, 1980, p. 37).

Ou seja, ambos os autores estão completamente cientes de que mesmo uma imprensa livre possa produzir frutos ruins. Por outro lado, é preferível, segundo Tocqueville e Marx, sofrer com esses males do que com o maior dos males, a saber: a censura, que, para ambos os autores, é considerada como um ataque direto à soberania do povo e à liberdade de expressão.

No entanto, isto ainda não resolve o nosso problema, pois nossa democracia sofre com os “frutos ruins” de nossa atual imprensa. Deste modo, podemos nos perguntar novamente, se as leis atuais estão alinhadas com o pensamento tocquevilliano e marxista acerca da imprensa, e se os “frutos ruins” eram previsíveis por ambos os autores, então onde está o problema de nossa imprensa atual?

Para que possamos afunilar no problema temos que nos voltar para o § 5º de nossa *Constituição*. Conforme visto, o parágrafo em questão fala acerca do monopólio e do oligopólio da imprensa. A ideia por trás deste parágrafo está alinhada com o pensamento de nossos dois filósofos, pois para ambos o monopólio da imprensa não pode existir, tendo em vista que caso ocorra haverá um mal para o Estado. No entanto, o problema que podemos identificar na imprensa do século XXI, ou, mais precisamente, na imprensa brasileira está no fato de que *há* monopólio, ou melhor há *oligopólio* da imprensa brasileira.

Segundo Lima (2001, p. 106) apenas oito famílias controlam o setor de rádio e televisão no Brasil (*apud* AZEVEDO, 2006, p. 99 e 100). Em 2016, os pesquisadores Enzo Bello e Samantha Ribeiro (2016, p. 6) apontaram em torno de dez famílias (*apud* AMARAL e MACHADO, 2018, p. 637). A mais recente pesquisa foi a realizada pelo *Monitoramento da Propriedade da Mídia* em conjunto com a ONG *Intervozes* e a *Repórteres Sem Fronteiras*. Segundo a pesquisa no “Brasil, o levantamento listou os 50 veículos de mídia com maior audiência e constatou que 26 deles são controlados por apenas cinco famílias” (LIMA, 2017). Jordana Amaral e Deborah Machado concluem que “ao que tudo indica, no caso das redes de comunicação do Brasil, há a configuração de

oligopólio, mas que possui efeitos práticos e assume características de *monopólio*” (2018, p. 642, grifo nosso). Já Azevedo conclui a análise com a seguinte explicação:

Em resumo, o monopólio familiar, a propriedade cruzada dos principais meios de comunicação de massa, o controle parcial de redes locais e regionais de TV e rádio por políticos profissionais, e a inexistência de uma imprensa partidária ligada a interesses sociais minoritários com alguma expressão nacional faz com que nosso sistema de mídia apresente ainda, depois de mais de duas décadas do retorno à democracia, uma reduzida e precária diversidade externa (AZEVEDO, 2006, p. 101).

Outro problema que podemos destacar em nossa imprensa atual é o seu *público-alvo*. Segundo um levantamento realizado pela TGI Brasil (Target Group Index) o índice de leitura de jornal impresso é extremamente baixo nas camadas mais pobres da sociedade, enquanto a camada mais rica possui mais do que o dobro de leituras. Isso faz com que os jornais sejam feitos para o seu público majoritário. Com isso Azevedo conclui que:

Com uma circulação dirigida para os leitores das classes AB (os chamados “formadores de opinião”), os grandes jornais, além da linguagem sóbria e culta, priorizam a cobertura política e econômica e praticam um jornalismo opinativo que coexiste com a tendência mais recente de se fazer um jornalismo de informação. Orientados para a elite e os formadores de opinião, estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral, este último através dos líderes de opinião ou através da repercussão da pauta dos jornais na televisão aberta (AZEVEDO, 2006, p. 95).

Se olharmos para tais informações com olhares tocquevillianos, iremos, de imediato, perceber o erro de nossa pátria. Conforme analisamos, Tocqueville acredita piamente que a mídia deve ser não apenas feita *para*, mas até mesmo pelo *povo*. Para ele, o papel da mídia é divulgar as informações — sejam elas locais, municipais, estaduais ou nacionais — e, conseqüentemente, promover as associações entre os cidadãos.

A conclusão mais óbvia para tudo isso é: na *teoria* nossa Constituição e nossas leis, de maneira geral, estão alinhadas com o pensamento de Tocqueville e de Marx acerca da imprensa. No entanto, nosso problema está na *prática*, pois nossa imprensa é marcada, como vimos, pelo oligopólio familiar, fazendo com que a visão de poucas famílias impere sob as cabeças de nossa população. Nossos jornais não circulam de maneira democrática, fazendo com que as notícias e as informações sejam direcionadas para a camada mais alta de nossa sociedade. Tudo isso ainda é somado com o nosso passado militarista e com a recente redemocratização e a liberdade de imprensa de nosso país. Tais monopólios ou

oligopólios são agressões fortes à nossa democracia, pois demonstram claramente que, atualmente, a nossa imprensa não é feita *pelo* povo e nem *para* o povo, ou seja, ela não é *do* povo. Pelo contrário, nossa grande imprensa,⁹ atualmente, é *da* elite, logo ela é feita *pela* elite e *para* o povo. Ela é feita pela elite, que são os chamados - “formadores de opinião” – e para o povo, para que os formadores de opinião *formem* a opinião da camada mais baixa.

Apesar de tais problemas em nossa imprensa, não podemos dizer que seria melhor que houvesse censura, pois, conforme analisamos em Tocqueville, os males que a imprensa traz ou pode trazer são menores do que o grande mal que ela evita, ou, conforme a análise de Marx, por ser feita por mãos humanas, que são falhas, sabemos que a imprensa irá errar, mas, por outro lado, sabemos que ela pode aprender com seus erros.

Desse modo, podemos concluir que, em uma visão tocquevilliana e marxista, um dos maiores problemas da imprensa brasileira ocorre em função da concentração nas mãos de poucas pessoas. O que ocorre atualmente no Brasil é algo parecido com o que ocorria na imprensa francesa na época de Tocqueville e Marx. A imprensa não é pulverizada e, por este motivo, ela acaba tornando-se um mal para o Estado. Tanto Marx quanto Tocqueville concordariam que a imprensa deve ser pulverizada, ou seja, a liberdade de imprensa não é suficiente para que o problema seja estancado. O Estado deve intervir tão somente neste ponto,¹⁰ a fim de evitar que tais problemas recaiam sobre ele mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, J. S; MACHADO, D. S. Mídia, monopólio e democracia: um estudo sobre a monopolização da mídia no Brasil e porque isso pode ser uma ameaça à democracia. *Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI*, Itajaí, v.13, n.2, p. 633-665, 2º quadrimestre de 2018.

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Revista Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, nº 1, p. 88-113, Abril/Maio 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. [On-line], 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10/08/2019.

⁹ Principalmente a televisão e a internet.

¹⁰ A saber: atuar sobre a concentração da mídia nas mãos de poucos.

LIMA, J. A. *Cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do país, indica relatório*. [On-line], 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio/>. Acesso em: 10/08/2019.

MARX, K. *A Liberdade de Imprensa*. Tradução: Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L & PM Editores Ltda., 1980.

ROS, J. M. *Los Dilemas de la Democracia Liberal: Sociedad Civil y Democracia en Tocqueville*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.

TOCQUEVILLE, A. *A Democracia na América Livro I*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOCQUEVILLE, A. *A Democracia na América Livro II*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.